

CONTRADIÇÃO ENTRE DISCURSO LIBERAL E ESCRAVIDÃO NO PRIMEIRO REINADO

**Ana Carolina Miacci de Souza¹, Matheus de Moraes Gandolpho²,
Thiago Zanotto³, Antonio Carlos Machado Guimarães⁴**

¹Univap / FDVP, anacarolina.miacci@gmail.com

²Univap / FDVP, matcholus@yahoo.com.br

³Univap / FDVP, rebirth_black_eagle@hotmail.com

⁴Univap / FDVP, guimaraes@univap.com.br

Resumo- O presente artigo tem por objetivo verificar a contradição existente na sociedade brasileira durante o Primeiro Reinado, de co-existência do modelo escravista de produção e do discurso liberal. O método utilizado foi a pesquisa em diferentes obras, incluindo literatura, ciência política, história econômica e sociologia, para encontrar elementos que embasassem a afirmativa proposta. O principal agente histórico identificado foi o coronel, latifundiário brasileiro, agro-exportador, escravocrata, ocupante de cargos políticos. A análise do material levantado levou à conclusão de que a elite econômica brasileira utilizava-se de uma versão modificada do liberalismo europeu, a fim de justificar seus interesses capitalistas e consolidar sua posição de classe privilegiada.

Palavras-chave: liberalismo, escravidão, oligarquia rural, produção capitalista

Área do Conhecimento: sociologia

Introdução

A literatura brasileira apresenta-nos a figura de Brás Cubas [1], personagem através da qual Machado de Assis denuncia as incoerências da elite econômica no Brasil de meados do séc. XIX. A motivação deste artigo é a análise de uma dessas incoerências: a adoção concomitante da produção escravista e do discurso liberal.

A contradição entre escravidão e liberalismo brasileiro é, no entanto, apenas aparente. Assim como o burguês europeu serviu-se da doutrina liberal para conquistar novos direitos, também o latifundiário brasileiro utilizou-se da mesma doutrina, embora adaptada à sua situação, a fim de obter condições mais favoráveis para a busca de seus interesses econômicos.

Metodologia

Pesquisa e revisão das obras existentes em diferentes áreas do conhecimento, como sociologia, história, economia e literatura, para desenvolvimento de uma visão multifocal do objeto da pesquisa.

Resultados

O Brasil do séc. XIX era um país essencialmente agro-exportador, onde a vida social gravitava em torno dos latifúndios de cana-de-açúcar e café, sendo a figura central de poder econômico e político o chamado *coronel* [2].

Com a formação da monarquia constitucional brasileira, em 1822, os coronéis ganharam força política, condicionando os votos da população que tinham sob sua dependência. A oligarquia rural dividia os mandatos na Câmara e no Senado. Na literatura, Machado de Assis ridiculariza tais deputados e senadores, fazendo de Brás Cubas o defensor de importantes mudanças nos penachos do *cap* da guarda.

A organização social brasileira é historicamente excludente, como afirma Celso Furtado: “a nossa tragédia foi não ter evoluído socialmente em função de duas taras: os três séculos de escravidão e o latifúndio, mecanismos graves de exclusão social” [3].

O séc. XIX foi também o século de pressão anti-escravista, especialmente por parte da Inglaterra, que em 1845 aprova a Lei Bill Aberdeen, proibindo o tráfico negreiro, e dando poder à sua frota naval para capturar navios de países que mantivessem o tráfico. O Brasil cede à pressão inglesa e em 1850 aprova a Lei Eusébio de Queiroz, também proibindo o tráfico negreiro. Em 1871 é aprovada a Lei do Ventre Livre, em 1885 a Lei dos Sexagenários, e em 1888 a Lei Áurea abole de vez a escravidão [4].

O meio encontrado pelos coronéis para fazer frente à pressão abolicionista, na tentativa de manter o modo de produção escravista, era a manipulação do discurso ideológico a seu favor. Nas palavras de Alfredo Bosi, “após a independência, o trabalho escravo *continuou a ser* fator constitutivo da economia brasileira; quanto ao liberalismo, *passou a ser* fator ideológico

indispensável à montagem do novo Estado-Nação” [5].

A existência simultânea de escravidão e discurso liberal sugere uma imensa contradição. No entanto, um olhar mais atento dissolve a aparente contradição ao perceber que tipo de “liberalismo” é este proclamado pela oligarquia rural brasileira. Como identificado por Bosi [6]:

“1) *Liberal*, para a nossa classe dominante até os meados do século XIX, pôde significar *conservador das liberdades*, conquistadas em 1808, *de produzir, vender e comprar*.

2) *Liberal* pôde, então, significar *conservador da liberdade*, alcançada em 1822, *de representar-se politicamente*; ou, em outros termos, ter o direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado.

3) *Liberal* pôde, então, significar *conservador da liberdade* (recebida como instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) *de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica*.

4) *Liberal* pôde, enfim, significar *capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência*, alterando assim o estatuto fundiário da Colônia no espírito capitalista da Lei de Terras de 1850.”

O “liberalismo brasileiro” era, portanto, uma interpretação da doutrina européia nos moldes dos anseios da elite econômica brasileira.

Discussão

Os resultados obtidos pela pesquisa levaram a discussão a gravitar em torno do mecanismo utilizado pela elite econômica brasileira para consolidar seus interesses.

A inserção da doutrina liberal na esfera política brasileira foi muito oportuna para a oligarquia rural. Não havia outras doutrinas concorrentes, pois como afirma Machado, em 1879, “o influxo externo é o que determina a direção do movimento; não há por ora no nosso ambiente, a força necessária à invenção de doutrinas novas” [7].

O liberalismo, no entanto, não foi “importado” intacto, mas modificado segundo a conveniência da oligarquia rural brasileira.

O coronel no Brasil adotava um modelo produtivo diverso do europeu. O primeiro era agro-exportador escravocrata. O segundo, industrial com trabalho livre. No entanto, ambos utilizavam-se de suas respectivas “versões de liberalismo” para manter-se produzindo segundo a lógica capitalista de redução de custos [8].

A situação de exclusão do trabalhador europeu é descrita com muita propriedade na obra de

Huberman, que afirma, sobre a Revolução Francesa, que somente a classe burguesa colheu os frutos oriundos da revolução, embora todo o povo proclamasse os ideais liberais [9].

Conclusão

O Primeiro Reinado brasileiro contemplou significativas mudanças sociais. A escravidão, embora continuava a ser parte do modelo produtivo, sofria pressão para dar lugar ao trabalho livre. As oligarquias rurais puderam aproveitar as mudanças sociais para afirmarem-se politicamente, controlando os votos das classes trabalhadores e ocupando a Câmara e o Senado.

O discurso liberal europeu foi adaptado pela elite econômica brasileira, a fim de servir à manutenção de sua posição de classe privilegiada, criando assim um “liberalismo brasileiro”.

Embora o discurso liberal fosse diferente no Brasil e na Europa, havia a lógica capitalista em ambos. Assim também os efeitos sociais dessa doutrina ideológica foram semelhantes, pois tanto o escravo brasileiro quanto o trabalhador livre europeu eram mantidos à margem da sociedade.

A contradição entre escravidão e discurso liberal era apenas aparente. O “liberalismo brasileiro” foi, a exemplo do liberalismo original europeu, apenas um instrumento utilizado pelo capitalista para manter sua distinção social, às custas da exploração das classes trabalhadoras. Muda-se o cenário, muda-se o discurso, mas não mudam-se os efeitos: uma classe domina sobre a outra.

Referências

- [1] ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>, acesso em: 19/03/2008.
- [2] VITA, Álvaro de. Sociologia da sociedade brasileira. São Paulo: Atica, 1994.
- [3] FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1986.
- [4] História do Brasil, internet site address: <http://www.historiadobrasil.net>, acessado em 16/04/2008.
- [5] BOSI, Alfredo. Brás Cubas em três versões – estudos machadianos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- [6] BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois Liberalismos. Revista Estudos Avançados – Vol. 2. nº 3, São Paulo: USP, Set/Dez de 1988.

[7] ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Obra Completa. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>, acesso em: 23/04/2008.

[8] SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Editora 34, 2000 (p. 9-31).

[9] HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. 21 ed. rev. Rio de Janeiro: LTC, 1986.